

Autor: Nganhane

Centro de Moçambique: uma bacia de riscos em via de crise humanitária



Nota introdutória

Neste texto de edição de Outubro que coincide com dia 13 de Outubro, dia Internacional de Redução de Riscos de Desastres; não se pretende explorar conceptualmente numa praxe académica os conceitos de ciências de riscos, mas faz-se um empréstimo para ilustrar o drama que se vive na região centro de Moçambique estando a provocar problemas sociais que, se mal geridos podem conduzir a uma crise humanitária profunda. Entende-se por região centro de Moçambique as províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia.

Primeiro, vale apenas definir-se cientificamente os conceitos de “*bacia de riscos*” como a região ou território onde há convergência de dois ou mais riscos que até podem vir a manifestar-se ao mesmo tempo originando crises complexas (Rebelo, 2003 *Apud* Dagnino & Junior, 2007). E o “*sistema de riscos*” é utilizado para enfatizar quando um risco é fortemente interligado a outros no espaço e/ou no tempo (Perrow, 1983 *Apud* Dagnino & Junior, 2007). A situação actual da zona Centro de Moçambique e principalmente as províncias de Manica e Sofala encontra um ajuste destes dois conceitos que seguidamente se tenta demonstrar.

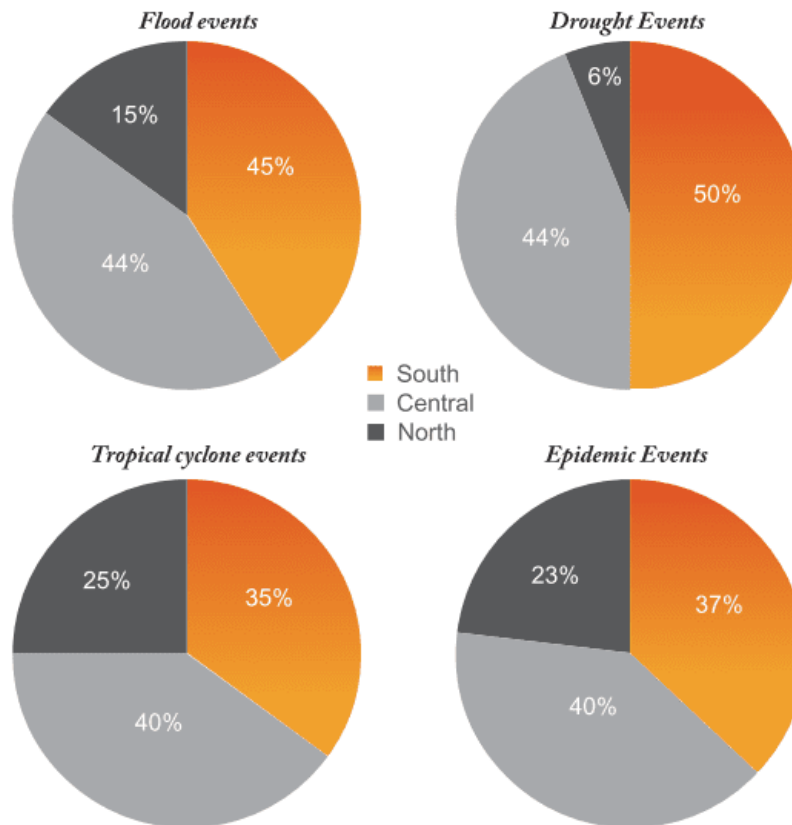
Algumas constatações de riscos condicionantes para uma crise humanitária na zona centro

Fortemente afectado pelo Ciclone Idai, temporais e inundações fluviais de forma cíclica

A região centro comporta vários rios importantes do ponto de vista hidrográfico em Moçambique. Os que mais afectam a região do ponto de vista de inundações e colocam em risco as populações e seus bens são

rio Zambeze, Licungo, Save, Púngué e Rovubwe. Estes rios de uma frequência de inundabilidade de 1 a 10 em média; querendo dizer que a região anualmente tem casos de cheias/inundações como mostra a figura 01.

Figura 01: Desastres por região (período 1956-2008) Queface 2009 apud INGC, 2009



Apenas no ano de 2019, antes do mortífero ciclone Idai a região já tinha sido afectado pelas inundações do rio Licungo na Zambézia, Save e Púngué em Sofala, Zambeze e Rovubwe em Tete. Enquanto as populações se recuperavam das inundações foram afectadas pelo ciclone Idai que passado mais de 1 ano ainda se encontram num processo de reconstrução pelo impacto que teve.

Região com alta dependência de recursos naturais e regularidade pluviométrica

Os recursos naturais (florestas, pesca, fauna bravia, etc), a agricultura familiar de pequena escala são as actividades que garante o sustento das comunidades locais e geram muita renda informal nas famílias em quase toda a região centro e a província de Manica ainda com maior produção de citrinos e produtos de avicultura. Estas actividades têm época própria porque depende especificamente do período chuvoso.

Zona afectada por conflitos militares pós-eleitorais nas últimas três eleições (2014, 2019 e 2020)

Esta zona vem sofrendo com todas condições agro-ecológicas, recursos naturais e recurso mineiras factores que podiam ou podem colocar esta zona mais desenvolvidas e com comunidades mais imponderadas.

Os conflitos militares impedem o desenvolvimento das comunidades, inibem investimentos e colocam o nível de desenvolvimento desta região bastante lento.

Com as três constatações referenciadas acima fica óbvio que esta zona se trata de uma “*bacia de risco*” que se associam e podem conduzir a uma crise humanitária se por exemplo os conflitos políticos militares prevalecerem, por que os eventos extremos estes sim vão se repetir (inundações, seca/estiagem e ciclones/tempestades)

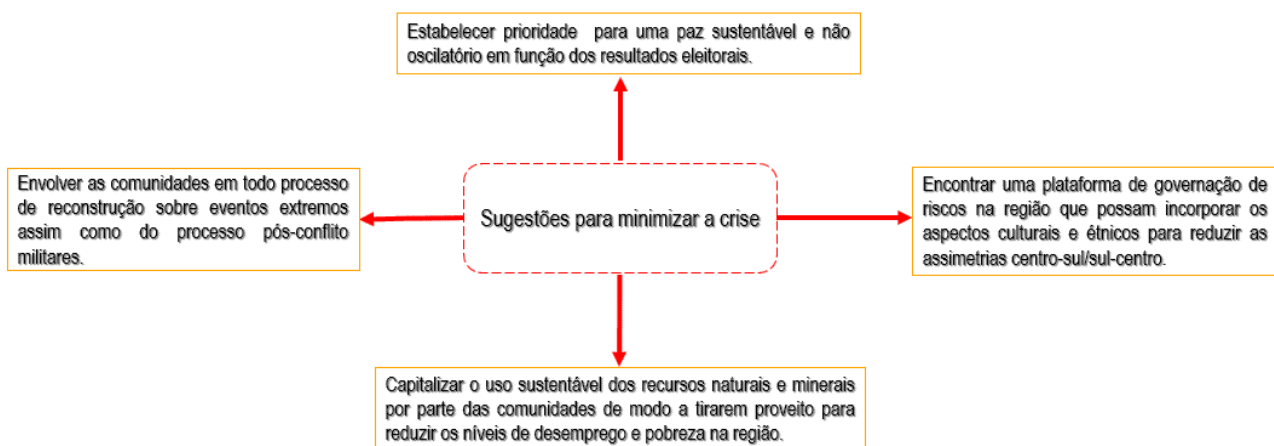
Sugestões para reduzir a crise humanitária na zona centro de Moçambique

A passagem da emergência para o desenvolvimento deve ser tratada como uma fase transitória, designada “recuperação” (GFDRR & PNUD, 2014). É evidente que a região está em via de uma crise humanitária devido aos eventos extremos e os conflitos políticos militares estando neste momento com populações deslocadas das suas zonas de origem e local de trabalho normal. Com todas as adversidades vidas na região sugere:

1. Encontrar uma plataforma urgente para cessar os ataques militares na região. Esta plataforma deve estabelecer uma paz sustentável durante e pós-eleições, porque esta região tem sido palco de qualquer reivindicação eleitoral e coloca a região fragilizada. É preciso que as acções humanitárias não devem ser limitadas ao alívio. A reabilitação e recuperação são parte integrante da acção humanitária e devem ser dadas a atenção necessária e recursos suficientes. A acção humanitária deve ir para além da resposta de emergência e ser entendida como parte de uma estratégia de paz e estabilidade e de desenvolvimento a longo prazo (Africana, 2016).
2. Envolver as comunidades como actores principais para resolução dos próprios problemas, porque vezes sem conta as comunidades recebem doações, ajudas humanitárias e projectos de empoderamento comunitário que muitas vezes não se enquadram com o seu contexto. Isso deriva pelo fraco envolvimento das mesmas na construção das soluções.

A gestão de riscos é da responsabilidade de todos habitantes de um território (Dgedge & Chemana, 2018) os outros devem vir se associar a acções de preparação, resposta e recuperação das comunidades e não para distribuir “*mantimentos*”.

Figura 02: Esquema de sugestões para minimizar a crise humanitária na zona centro de Moçambique



3. Capitalizar o uso sustentável dos recursos naturais e minerais por parte das comunidades de modo a tirarem maior proveito para reduzir os níveis de desemprego e pobreza na região; isso evitará uma provável manipulação das comunidades para se associar a conflitos militares e também irão construir habitações melhoradas capazes de suportar os eventuais fenómenos climáticos.

4. Encontrar uma plataforma de governação de riscos na região que possam incorporar os aspectos culturais e étnicos para reduzir as assimetrias centro-sul/sul-centro.

Referencias

Africana, U. (2016). *Posição comum Africana (PCA) sobre a eficácia da ajuda humanitária*. Addis Ababa.

Dagnino, R. D. S., & Junior, C. S. (2007). Risco Ambiental: Conceitos E Aplicações. *CLIMEP – Climatologia e Estudos Da Paisagem*, 2(2).

Dgedge, G., & Chemana, C. (2018). Os comités locais de gestão do risco de calamidades e a educação sobre inundações no Baixo Limpopo, Moçambique. *Revista Internacional de Riscos*, II, 123–132.
https://doi.org/10.14195/1647-7723_25-2_10

GFDRR, & PNUD. (2014). *A recuperação de cheias recorrentes 2000-2013 MOÇAMBIQUE Estudo do Caso para o Quadro de Recuperação de Desastres*. Retrieved from https://www.gfdr.org/sites/default/files/publication/report-mocambique-recuperacao-cheias-recorrentes-2014_0.pdf

INGC, I. N. de G. de C. (2009). *Estudo sobre o impacto das alterações climáticas no risco de calamidades em Moçambique Relatório Síntese*. Retrieved from www.ingc.gov.mz

Data de Publicação: 13-10-2020